



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

CONCURSO PÚBLICO

Cargo:

Procurador Federal de 2.^a Categoria

Caderno de Provas – Grupo II

Aplicação: 31/3/2002

GESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES NO VERSO.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Concurso Público – Aplicação: 31/3/2002

CARGO: PROCURADOR FEDERAL DE 2.^a CATEGORIA

INSTRUÇÕES

- 1 Este caderno consta das provas do Grupo II.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Na prova objetiva, recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo acarretará a perda de 0,20 ponto, conforme consta no Edital n.º 1/2002 – CESPE/UnB, de 1.º/2/2002.
- 4 Não é permitida a utilização de nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, o candidato não deverá levantar-se ou comunicar-se com outros candidatos.
- 6 A duração das provas é de **cinco horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da Folha de Respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a respectiva folha, nos locais apropriados.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes Instruções, na Folha de Rascunho, na Folha de Respostas ou na Folha de Texto Definitivo poderá implicar a anulação das provas do candidato.

AGENDA

- I **2/4/2002** – Divulgação dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas na Internet — no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB —, em Brasília.
- II **3 e 4/4/2002** – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas exclusivamente nos locais que serão informados na divulgação desses gabaritos.
- III **15/5/2002** – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial da União e nos locais mencionados no item I, do resultado final das provas objetivas e do resultado provisório da prova discursiva.

Observações:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 11 DOS RECURSOS do Edital n.º 1/2002 – CESPE/UnB, de 1.º/2/2002.
 - Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX)–61–448–0100.
 - É permitida a reprodução deste material, desde que citada a fonte.
-



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Concurso Público – Aplicação: 31/3/2002

CARGO: PROCURADOR FEDERAL DE 2.^a CATEGORIA

GRUPO II

Nas questões de 43 a 70, marque, de acordo com o comando de cada uma delas: itens **CERTOS** na coluna C; itens **ERRADOS** na coluna E. Na Folha de Respostas, a indicação do campo **SR** servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta; portanto, a sua marcação não implicará apenação ao candidato. Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a Folha de Respostas.

Texto I – questões 43 e 44

1 Nas sociedades contemporâneas, ocorre um processo de
retirar da própria regra sua nitidez, sua precisão. De um lado, os
agentes se reportam a ela como se suas próprias ações sempre
4 tivessem um lado excepcional, como se aquilo que fizeram não
viesse a ser bem o caso da regra. Mas, de outro, e isso é mais
importante, as regras e as instituições de vigilância oscilam em
7 relação aos casos a que se aplicam, como se seus sentidos
fossem sempre relaxados, passíveis de interpretações desviantes.
A impunidade que daí deriva não está ligada, pois, a diferenças
10 sociais que impliquem que nem todos sejam iguais perante a lei,
mas tão-só a que todos se submetem a ela como se vestissem
roupas muito maiores que as devidas. A sociedade moderna é
13 democraticamente relaxada.

Por isso não me satisfaz designá-la como sociedade do
espetáculo. A tragédia clássica não seguia regras muito bem
16 definidas? As imprecisões por que passam as regras que
norteiam nossas condutas não estão atravessadas pela oposição
entre essência e aparência, não formamos uma sociedade de
19 sofistas, mas nos comportamos como se todos estivéssemos
acometidos de astigmatismo, de tal modo que entre o real e a
gramática que nos permite falar dele sempre se exerce um
22 método de projeção em constante hipertrofia. É como se
medíssemos uma distância com metros de borracha, por meio de
categorias topológicas, porquanto se relaxaram as regras de
25 vigilância. Nessas condições, em que o espaço público está
poluído por vagas interpretações e por jurisprudências
coniventes, vem a ser natural que os agentes se voltem para as
28 esferas da vida íntima, onde eles próprios agem e vigiam suas
próprias ações, recusando a mediação de terceiros.

No entanto, nessa barbárie da indefinição, contra a qual
31 o legalismo e o totalitarismo pretendem aparecer como os
remédios mais eficazes, convém observar a riqueza de novos
horizontes possíveis. Não é nesses caldos que também se
34 desenvolvem os germes da liberdade? Mas, para isso, seria
preciso que se armasse uma esfera da reflexão vigilante, capaz
de espelhar todo esse processo segundo uma gramática de
37 compensações ponderadas.

José Arthur Giannotti. *Folha de S. Paulo*, "Mais!", 3/3/2002, p. 9 (com adaptações).

QUESTÃO 43

Em relação às inferências permitidas pelas idéias do texto I, julgue os itens a seguir.

- ❶ Geralmente, as ações dos agentes sociais contemporâneos tendem a ser justificadas com um caráter de exceção às regras.
- ❷ A impunidade que deriva da imprecisão das regras abrange de forma diferente os diversos transgressores, sempre de acordo com o segmento social ao qual pertencem.
- ❸ A forma de vida moderna tem sido chamada de sociedade do espetáculo, porque obedece às regras estabelecidas pelos autores das tragédias clássicas, como Sófocles, Ésquilo e Eurípedes.
- ❹ O tecido das relações e instituições públicas está prejudicado, uma vez que evado de regras legais construídas a partir de compromissos e interesses escusos, bem como de possibilidades de interpretações nebulosas e equivocadas.
- ❺ O que faz os agentes sentirem-se no direito de decidir individualmente, sem intermediários institucionais ou outros agentes que detêm a prerrogativa da decisão, é uma instância de reflexão contínua que espelha o processo social.

QUESTÃO 44

No que se refere às estruturas do texto I, julgue os itens abaixo.

- ❶ Ao se substituir o termo “a que” (ℓ.7) por **aos quais**, as relações sintáticas e semânticas do texto não se alteram.
- ❷ Em “a diferenças sociais” (ℓ.9-10), “a que todos” (ℓ.11) e “a ela” (ℓ.11), as três ocorrências da preposição “a” devem-se à regência da palavra “ligada” (ℓ.9).
- ❸ No segundo parágrafo, o emprego da primeira pessoa do singular e da primeira pessoa do plural torna o enunciado ambíguo e prejudica a coerência necessária ao texto argumentativo.
- ❹ Nas linhas 21 e 36, a palavra “gramática”, em ambas as ocorrências, está sendo utilizada em sentido conotativo, privilegiando a noção de sistema analítico aplicado à realidade e não à língua.
- ❺ O emprego da expressão “pretendem aparecer” (ℓ.31) é um recurso que atenua a possível afirmativa categórica da qual o enunciador não é partidário: legalismo e totalitarismo são os remédios eficazes para a barbárie.

QUESTÃO 45

Não seria possível que um sistema político democrático, capaz de distinguir amigos de inimigos, mas igualmente de visualizar uma solução comum para a qual todos participem segundo suas peculiaridades, viesse cumprir tal missão? O que seria de esperar desse sistema político na dimensão humana? Seria moldado para comportar tanto nossa transcendência como para lidar com nossas finitudes, delimitando o lugar de nossas liberdades e aquele da violência legítima. Ele seria o reconhecimento de que cada partido, na sua luta contra o outro para a tomada do poder, tem o que dizer e fazer para o todo, o que implica alternância nesse poder. Ele seria uma esfera de tornar público o que já se estaria tornando público antes e depois da estruturação do Estado.

Idem, ibidem.

Julgue os itens subseqüentes quanto à possibilidade de serem utilizados para a continuação do texto acima com coesão e coerência.

- ❶ No entanto, em vez do desenvolvimento desse vetor já inscrito nas sociedades contemporâneas, assistimos ao fortalecimento do seu inverso, do contra-senso que uma nova racionalidade política poderia instalar.
- ❷ Porquanto, contra os sistemas políticos democráticos opõe-se esse totalitarismo particular, que abandona a pretensão de se identificar com o Estado e, aprofundando-se em sua particularidade étnica e religiosa, arvora-se em representante da humanidade como um todo.
- ❸ Graças a tais processos de globalização, que de um lado concentram riqueza e de outro, miséria, esses movimentos que se infiltravam nos poros das sociedades modernas, encontram um terreno fértil para se assumirem como representantes da antiviolação contra a violência sofrida pelas maiorias esfaceladas.
- ❹ Mas o pior é que essa negação da política, quando o Estado fica sob o ataque de um inimigo sem rosto, tende a suprimir o próprio Estado como instituição política, fazendo que aja como se fosse igualmente violento, aceitando a batalha no campo do inimigo e igualando-se a ele nos meios e nos fins.
- ❺ Ao contrário do desejável, desponta no horizonte um período de guerras morais, muito mais sangrentas que as guerras de religião que ajudaram a produzir o Estado contratualista moderno, muito mais destrutivas, na medida em que têm entre suas fileiras os moralistas da razão determinante e, a seu alcance, as ciências instaladas e prontas para se transformarem em uma tecnologia da morte.

Texto II – questões 46 e 47

1 O que a escravidão representa para o Brasil, já o sabemos. Moralmente, é a destruição de todos os princípios e fundamentos da moralidade religiosa ou positiva — a família, 4 a propriedade, a solidariedade social, a aspiração humanitária; politicamente, é o servilismo, a desagregação do povo, a doença do funcionalismo, o enfraquecimento do amor à pátria, a divisão 7 do interior em feudos, cada um com seu regime penal, o seu sistema de provas, a sua inviolabilidade perante a polícia e a justiça; econômica e socialmente, é o bem-estar transitório de 10 uma classe única, e essa, decadente e sempre renovada; a eliminação do capital produzido pela compra de escravos; a paralisação de cada energia individual para o trabalho na 13 população nacional; o fechamento dos nossos portos aos imigrantes que buscam a América do Sul; a valorização social do dinheiro, qualquer que seja a forma como for adquirido; o 16 desprezo por todos os que, por escrúpulos, se inutilizam ou atrasam em uma luta de ambições materiais; a venda dos títulos de nobreza; a desmoralização da autoridade, desde a mais alta 19 até à mais baixa. Observamos a impossibilidade de surgirem individualidades dignas de dirigir o país para melhores destinos, porque o país, no meio de todo esse rebaixamento do caráter, do 22 trabalho honrado, das virtudes obscuras, da pobreza que procura elevar-se honestamente, está, como se disse, “apaixonado por sua própria vergonha”.

25 A minha firme convicção é que, se não fizermos todos os dias novos e maiores esforços para tornar o nosso solo perfeitamente livre, se não tivermos sempre presente a idéia de 28 que a escravidão é a causa principal de todos os nossos vícios, defeitos, perigos e fraquezas nacionais, o prazo que ainda tem de duração legal — calculadas todas as influências que lhe estão 31 precipitando o desfecho — será assinalado por sintomas crescentes de dissolução social.

Joaquim Nabuco. *O abolicionismo*. In: *Intérpretes do Brasil*, v. I. Nova Aguilar, 2000, p. 148-51 (com adaptações).

QUESTÃO 46

Em relação ao texto II, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Caso o primeiro período do texto fosse redigido na ordem direta, a forma verbal “sabemos” exigiria a colocação enclítica do pronome “o”.
- ❷ Nas linhas 2, 5 e 9, as três ocorrências do verbo **ser** na forma da terceira pessoa do singular estruturam um paralelismo sintático referente a “escravidão” (l.1).
- ❸ O texto exemplifica que as estruturas sintáticas construídas a partir de enumeração exigem sinais de ponto-e-vírgula quando no interior de alguns itens existem vírgulas.
- ❹ O emprego das formas verbais da primeira pessoa do plural “sabemos” (l.2), “Observamos” (l.19), “fizemos” (l.25) e “tivermos” (l.27) é uma estratégia argumentativa que busca promover a inclusão e a possível adesão do leitor como participante das opiniões e ações propostas.
- ❺ O emprego de crase em “desde a mais alta até à mais baixa” (l.18-19) é obrigatório, segundo os princípios da norma culta.

QUESTÃO 47

Julgue os itens abaixo, referentes às estruturas do texto II.

- ❶ Em “procura elevar-se” (ℓ.22-23), estaria correta a colocação pronominal **procura se elevar**.
- ❷ A substituição do trecho “A minha firme convicção é que” (ℓ.25) por **A minha firme convicção é a de que** estaria em desacordo com as exigências de formalidade da norma culta escrita.
- ❸ As estruturas condicionais “se não fizermos” (ℓ.25) e “se não tivermos” (ℓ.27) podem ser substituídas, respectivamente, por **caso não façamos** e **caso não tenhamos**, sem prejuízo para a correção gramatical do texto.
- ❹ O pronome “lhe” (ℓ.30) é um recurso de coesão e refere-se à expressão antecedente “causa” (ℓ.28).
- ❺ A substituição da expressão “por sintomas crescentes de dissolução social” (ℓ.31-32) pela construção **por sintomas de dissolução social crescente** mantém as relações semânticas e sintáticas idênticas às do texto original.

QUESTÃO 48

Julgue os fragmentos de texto dos itens abaixo quanto ao emprego dos sinais de pontuação e às relações sintáticas estabelecidas.

- ❶ Os fazendeiros eram uma força dominante, os valores tradicionais profundamente arraigados, íntimas as vinculações entre cidade e campo. Por isso, não iria o abolicionismo exprimir o que não existia ainda.
- ❷ Exprimiu, isto sim, as profundas transformações econômico-sociais, ocorridas externa e internamente potencializando-lhes politicamente. Abolida a escravidão, o decorrer do tempo revelaria quão fundas marcas imprimira à onipresença do negro em todas as atividades.
- ❸ Essas marcas acabariam por reagir sobre o conceito de trabalho, revestindo-o de uma conotação pejorativa. Daí a valorização do ócio, o desprezo pelas ocupações manuais, sempre associadas a figura do cativo.
- ❹ Tais atitudes, generalizadas como foram, com o correr do tempo se integrariam à psicologia coletiva como um traço profundo e inarredável do caráter brasileiro. A este, somar-se-iam os efeitos decorrentes do baixo nível cultural em cujo deliberadamente foi mantido o escravo, esterilizando-lhes a capacidade produtiva.
- ❺ Toda essa herança geraria uma relevante defasagem histórica na sociedade brasileira, com repercussões vistas e sentidas mesmo nos dias atuais.

Idem, ibidem (com adaptações).

QUESTÃO 49

Os fragmentos abaixo constituem trechos de um texto, mas estão ordenados aleatoriamente.

- I Não se pode imputar, entretanto, aos abolicionistas a acusação de que estivessem “mais interessados em libertar a sociedade do ônus da escravidão do que em resolver o problema do negro”. Sua ideologia ia bem além da emancipação e pregava reformas que, efetivadas, permitiriam ao negro a gradativa interação na sociedade de classes.
- II O período posterior a 1888 revelou quão infundado fora o temor manifestado pela classe agrária, de que a abolição gerasse o caos econômico-social. Mas a Lei Áurea também não representou a redenção dos negros.
- III Embora tenha sido um movimento caracteristicamente urbano, também não se pode ver o abolicionismo como expressão de grupos citadinos em luta contra os senhores de terras. Colocado acima de classes ou partidos, nem poderia, no Brasil de então, refletir uma contradição de interesses entre meio urbano e rural que não existia.
- IV No entanto, não houve espaço para ele. Prevaleram os interesses dos fazendeiros, especialmente os do Sul, que, recorrendo à imigração, resolveram a questão de mão-de-obra e mantiveram tanto o espírito quanto a organização do antigo sistema.
- V Após os primeiros instantes de atordoamento ante a liberdade enfim conquistada, quando, aos magotes, buscaram escapar ao cenário de suas desditas, não lhes restou outra alternativa senão a de regressarem às áreas rurais, sujeitos a vis salários. Os que ficaram nas cidades foram relegados a ínfimas ocupações.

Itens adaptados de Suely Robles Reis de Queiroz.
Escravidão negra no Brasil. Ática, 1990, p. 78-9.

Considerando que a organização de um texto pressupõe a ordenação lógica e coerente de seus fragmentos, julgue os itens seguintes, acerca do texto acima.

- ❶ Como o fragmento I contém uma oposição à idéia apresentada no fragmento III, este deve anteceder àquele.
- ❷ A introdução do texto é o fragmento II, uma vez que este não apresenta relações coesivas que dependam de antecedentes.
- ❸ O fragmento III introduz uma observação a respeito do papel do abolicionismo que continua no fragmento IV.
- ❹ O fragmento IV é subsequente ao fragmento I, uma vez que o pronome pessoal “ele”, contido naquele, retoma o antecedente “negro”, contido neste.
- ❺ Como a locução verbal “buscaram” e o pronome “lhes”, no fragmento V, remetem ao antecedente “fazendeiros”, no fragmento IV, tais fragmentos devem ser dispostos em ordem crescente.

Texto A

O sistema de cotas — no qual um determinado número de vagas, seja na universidade ou em uma empresa privada, é destinado a afro-descendentes — faz parte de um conjunto de políticas de ação afirmativa. Como o objetivo é corrigir desvantagens provocadas pela defasagem socioeconômica e educacional dos negros, costuma ser praticado durante um período de tempo determinado, ou seja, até que as distorções sejam corrigidas.

Vários países adotam sistema. *In: Correio Braziliense, 27/2/2002, "Tema do dia", p. 7 (com adaptações).*

Texto B

Ora, parece-me fora de dúvida que o problema da desproporção da presença de afro-descendentes nas universidades tem raiz anterior: a falta de acesso a um ensino fundamental (e médio) público, de boa qualidade, que habilite qualquer dos excluídos, sejam negros, indígenas, pobres ou trabalhadores vindos das classes sociais menos favorecidas, a concorrer, em paridade com os “bem-nascidos”, a uma vaga nas universidades. É, em suma, a correção da profunda desigualdade social e econômica da sociedade brasileira que está a merecer das autoridades uma solução. Não resolve o problema da discriminação a garantia de acesso à universidade aos que não tiveram assegurado o ensino básico em escolas públicas, com a mesma qualidade do que é oferecido na maioria das escolas particulares e confessionais.

Tratar do problema de acesso à educação no Brasil, país de grandes desigualdades econômicas e sociais, é o mesmo que tratar da exclusão social. O problema tem, na verdade, raiz na desigualdade, e forçoso é convir que também o descendente de branco, mas pobre, não ingressa na universidade, especialmente nas públicas. O afro-descendente, se não tem acesso ao ensino superior, não é porque é negro, mas porque é, em geral, pobre. Sendo pobre, continuará freqüentando escolas públicas que não lhe darão condições para uma posterior formação universitária. Quem duvida de que, assegurado a todos — afro-descendentes ou não — o acesso ao ensino básico de qualidade, a luta por uma vaga na universidade não seria mais justa e menos discriminatória?

Mônica Sifuentes. **A quota de afro-descendentes nas universidades.** *In: Correio Braziliense, "Direito & Justiça", 18/2/2002, p. 1 (com adaptações).*

Em relação aos textos A e B, julgue os itens a seguir.

- ❶ O texto A é expositivo, aproxima-se da linguagem conceitual da definição, enquanto o texto B é argumentativo e defende uma idéia contrária à adoção da medida conceituada no texto A.
- ❷ O texto B concorda com a evidência de que há uma desigualdade no acesso às universidades, principalmente públicas, mas não restringe esse impedimento aos afro-descendentes, ampliando com outras citações o espectro dos segmentos sociais impedidos.
- ❸ O recurso retórico da indagação, utilizado ao final do texto B, poderia também ser utilizado no texto A, caso este constituísse um verbete de dicionário.
- ❹ Em “afro-descendentes”, palavra utilizada nos dois textos, há composição, pois trata-se da reunião de dois radicais para a formação de uma nova palavra, que tem um significado único e autônomo, embora não dissociado das noções expressas pelos seus componentes.
- ❺ No último período do texto B, o termo “assegurado” está no masculino singular para concordar com “acesso”.

Acerca do contrato de trabalho, julgue os itens seguintes.

- ❶ Contrato de trabalho corresponde ao negócio jurídico pelo qual uma pessoa física ou jurídica admite outra pessoa física, mediante o pagamento de salário, para a prestação de serviços habituais e juridicamente subordinados. Nos casos em que são contratados serviços altamente especializados, não detendo o empregador o domínio da técnica necessária à execução da atividade contratada, não há que falar em relação de emprego, mas em autêntico contrato civil de prestação de serviços, porquanto impossível o exercício do poder diretivo próprio do empregador.
- ❷ O contrato de trabalho pode ser celebrado de forma verbal ou escrita. Será nulo de pleno direito quando celebrado por trabalhador com idade inferior a dezesseis anos sem a assistência dos representantes legais ou de órgão do Ministério Público, mesmo na condição de aprendiz.
- ❸ Quando celebrado por período de experiência de até noventa dias, com remuneração mensal igual ou inferior a dois salários mínimos, o contrato de trabalho poderá ser firmado de modo tácito, dispensando-se as anotações na CTPS. Por isso, o constrangimento imposto a trabalhador para a assinatura fraudulenta de contrato de pequena empreitada, com o propósito de elidir relação de emprego, não terá qualquer repercussão jurídica, por aplicação do princípio penal da bagatela ou da insignificância.
- ❹ De acordo com a sistemática legal vigente, desde que sejam respeitadas as disposições legais mínimas de proteção ao trabalho, as normas coletivas e as decisões das autoridades administrativas competentes, as cláusulas dos contratos de trabalho podem ser objeto de livre estipulação pelas partes interessadas.
- ❺ Nas sociedades de capital e indústria, em que o sócio industrial aufere o mesmo valor previsto para o sócio capitalista com menor participação na empresa, não será possível o reconhecimento de relação de emprego, mesmo que o ofício seja por aquele exercido com absoluta exclusividade ao empreendimento, com a coordenação de todas as atividades ali desenvolvidas.

QUESTÃO 52

Julgue os itens a seguir.

- ❶ Como forma de preservar a eficácia das normas trabalhistas e dos valores por elas tutelados, reconhece-se a solidariedade por débitos trabalhistas entre as empresas que compõem o mesmo grupo econômico, desde que as atividades por elas exploradas estejam interligadas ou vinculadas ao mesmo segmento comercial.
- ❷ Para os fins do direito do trabalho, a sucessão de empresas não depende de forma especial, bastando que o empreendimento seja transferido a novo titular, com o aproveitamento total ou parcial do fundo de comércio.
- ❸ De acordo com a legislação vigente, processada a alteração na propriedade da empresa, ao novo titular fica assegurada a faculdade de denunciar o acordo coletivo até então vigente, mediante notificação ao sindicato profissional, processada por intermédio da Delegacia Regional do Trabalho, órgão mediador perante o qual deverá ser buscada nova composição coletiva.
- ❹ No âmbito do direito do trabalho, reconhece-se a responsabilidade subsidiária por débitos trabalhistas das pessoas físicas ou jurídicas que contratem empresas de terceirização, cujas atividades envolvam a prestação de serviços de vigilância, limpeza e conservação.
- ❺ De acordo com a legislação vigente, quando demandado judicialmente em nome pessoal por créditos trabalhistas, o sócio-gerente deve oferecer, em sua defesa, a denúncia da lide da pessoa jurídica empregadora, considerando a regra legal de que a pessoa física dos sócios não se confunde com a pessoa jurídica da empresa. A elisão da responsabilidade do sócio cotista sem função gerencial, demandado em nome próprio com base na teoria da desconsideração da pessoa jurídica, depende da indicação de bens livres e desembaraçados pertencentes à sociedade, cujo valor possa garantir a execução.

QUESTÃO 53

Julgue os itens abaixo, a propósito da suspensão, interrupção e extinção do contrato de trabalho.

- ❶ Caso o empregado pratique ato contrário às regras da empresa, suscetível de autorizar a resolução do contrato, a legislação faculta ao empregador, detentor do poder diretivo, o direito de suspender o empregado, em caráter sancionatório, por período não-superior a 45 dias.
- ❷ Em caso de afastamento médico, por período superior a quinze dias, de empregado acometido por moléstia equiparável a acidente do trabalho, considera-se interrompido o seu contrato de trabalho, cabendo ao empregador manter a concessão de eventuais benefícios ajustados em norma coletiva, desde que providos de caráter indenizatório, não-ligados diretamente à execução do contrato.
- ❸ Na aposentadoria por invalidez resultante de acidente do trabalho, o momento da extinção do contrato de trabalho coincide com o instante em que é reconhecida formalmente pelo INSS a subsistência das seqüelas redutoras da capacidade laborativa do operário, após o período inicial de recuperação e tratamento previsto em regulamento.
- ❹ Nos contratos de trabalho celebrados por prazo certo, o período de afastamento motivado por licença médica cuja duração seja inferior a quinze dias deve ser computado no período previsto para a terminação do pacto.
- ❺ Quando a empresa concessionária de serviço público tiver comprometida a continuidade de suas atividades, em razão de ato praticado por autoridade pública federal, as indenizações devidas aos empregados cujos contratos tenham sido rescindidos como consequência daquele ato administrativo caberão à União.

QUESTÃO 54

Acerca dos procedimentos no âmbito da justiça do trabalho, julgue os itens subsequentes.

- ❶ Nas denominadas ações vinculadas ao rito sumaríssimo, inaplicáveis quando demandadas entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional, os pedidos devem ser certos e determinados, cabendo ao autor da ação declinar na própria inicial os valores pecuniários respectivos. Além disso, e sob pena de indeferimento da inicial, cabe ao autor declinar o endereço correto da parte reclamada, de vez que inadmissível a citação por edital.
- ❷ Nas ações submetidas ao rito sumaríssimo, o magistrado trabalhista deve conduzir a audiência com ampla liberdade para definir as provas a serem produzidas, limitando as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, também competindo-lhe proferir a sentença que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum.
- ❸ Nas ações submetidas ao rito ordinário trabalhista, quando ausente o reclamado à audiência destinada à fixação da *litiscontestatio*, configuram-se a revelia e a confissão ficta, salvo se presente o procurador da empresa, munido de procuração, defesa e documentos, hipótese em que apenas será aplicável a presunção de veracidade dos fatos articulados na petição inicial.
- ❹ As nulidades no processo do trabalho apenas são declaráveis quando resultarem prejuízos manifestos aos litigantes e desde que tenham sido expressamente apontadas pela parte interessada na primeira oportunidade subsequente que se lhe oferecer para manifestação, em audiência ou nos autos.
- ❺ No âmbito do direito processual do trabalho, a nulidade processual fundada em incompetência territorial, afetando todos os atos decisórios, deve ser pronunciada de ofício pelo órgão judicial, que deverá determinar a remessa dos autos ao juízo que considerar competente para instruir e julgar o dissídio.

QUESTÃO 55

Quanto a recursos e ações no processo do trabalho, julgue os itens seguintes.

- ❶ As decisões judiciais concessivas de antecipações de tutela, de natureza interlocutória, não ensejam a interposição de agravo de instrumento, mas podem ser questionadas em sede de mandado de segurança quando suscetíveis de causar danos irreparáveis ou de difícil ou refratária reparação.
- ❷ Proferida a sentença de liquidação, sem que a parte executada tenha efetuado o depósito do valor apurado ou sem que tenha indicado bens à penhora, abre-se prazo de oito dias para a interposição de agravo de petição. Se o valor da execução for inferior a dois salários mínimos, nenhum recurso será cabível contra aquela sentença.
- ❸ As sentenças homologatórias de transações na justiça do trabalho são irrecuráveis e apenas discutíveis em sede de ação rescisória. Quando, porém, remanescer polêmica acerca dos reflexos previdenciários de transação homologada, aos litigantes e ao INSS será possível o exercício recursal ao tribunal revisor.
- ❹ O recurso de revista deve ser apresentado e processado perante o juízo recorrido, detendo efeito meramente devolutivo. É cabível no prazo de oito dias contra decisões de tribunais regionais que derem interpretações legais contrárias às que tiverem sido dadas pela seção de dissídios individuais do Tribunal Superior do Trabalho (TST).
- ❺ Quando a decisão proferida em tribunal regional do trabalho envolver aspectos de ordem legal e constitucional, à parte sucumbente cumprirá interpor, nos prazos de oito e quinze dias, respectivamente, os recursos de revista para o TST e extraordinário para o Supremo Tribunal Federal (STF).

QUESTÃO 56

A respeito do direito coletivo do trabalho, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Por força do princípio constitucional da unicidade sindical, é proibida a criação de mais de uma entidade sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial definida pelos próprios interessados — que não pode ser inferior à área de um município —, à qual se equiparam, por exceção, as áreas contíguas, compostas por mais de um município em virtude do fenômeno da conurbação.
- ❷ Por meio de acordos e convenções coletivos, as empresas e(ou) sindicatos negociantes podem ajustar cláusulas que prevejam jornadas de trabalho em turnos de revezamento, reduções salariais circunstanciais ou permanentes ou ainda novas contribuições em favor dos sindicatos, aplicáveis a todos os trabalhadores associados, sem prejuízo das denominadas contribuições confederativa e sindical.
- ❸ Nos denominados serviços essenciais, assim concebidos como aqueles cujo comprometimento ponha em risco iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população, o exercício legítimo do direito de greve supõe a sua prévia comunicação aos empregadores e usuários, com antecedência mínima de 72 horas, além da garantia de prestação de serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. Por isso, havendo piquetes que objetivem impedir, mediante violência ou grave ameaça, o acesso de empregados ao trabalho durante a greve, em prejuízo dos interesses da sociedade, configura-se atentado contra a liberdade de trabalho, sujeitando os responsáveis às sanções penais previstas em lei.
- ❹ Quando a categoria profissional não estiver organizada em sindicato, o exercício do direito de greve pelos trabalhadores dependerá da representação pelos órgãos do Ministério Público do Trabalho, aprovada pelo voto da maioria dos interessados.
- ❺ O ajuizamento de dissídio coletivo perante os tribunais do trabalho pressupõe a prévia tentativa de solução autônoma ou heterônoma do conflito, com a negociação coletiva ou arbitragem. Atendida essa condição, poderão os tribunais do trabalho proferir sentenças coletivas de natureza declaratório-constitutiva, fixando novas normas e condições, respeitadas as disposições convencionais e legais mínimas de proteção ao trabalho.

Texto III – questões de 57 a 59

Leo Sá Abdo, de apenas dezessete anos de idade, há dois anos é cliente habitual da Tranbikes S.A., da qual vem adquirindo, com recursos próprios, bicicletas para revender em sua cidade, no interior do Rio de Janeiro. No mês passado, Leo registrou firma individual na junta comercial do estado, visando à habilitação jurídica necessária para participar de licitação a ser promovida pela prefeitura municipal de sua cidade para a compra de 500 *bicicletas-fumacês*, a serem utilizadas na campanha contra o mosquito transmissor da dengue. Com sua habilidade natural para os negócios, Leo superou seus adversários e venceu com facilidade a licitação, tendo de adotar, em seguida, as providências necessárias ao cumprimento do contrato. Para tanto, negociou com a Transbikes o fornecimento imediato das 500 bicicletas, mediante o pagamento parcelado em três vezes, para 30, 60 e 90 dias, oferecendo em garantia a emissão de três notas promissórias, com as respectivas datas. Adquiriu também, junto à firma João Pedro e Companhia, o conjunto de materiais e ferramentas necessários à assistência técnica das bicicletas, prevista no contrato com a prefeitura, pagando o total em seis parcelas mensais, por meio de cheques pré-datados.

QUESTÃO 57

Com base nas informações do texto III, julgue os itens a seguir.

- ❶ A Transbikes S.A. é uma sociedade anônima; portanto, seu capital é dividido em ações subscritas por, pelo menos, dois acionistas, e seu nome comercial é da espécie denominação.
- ❷ Se o capital da Transbikes S.A. for composto por ações preferenciais sem direito a voto, o número máximo destas corresponderá a dois terços do total das ações emitidas.
- ❸ As preferências ou vantagens das ações preferenciais podem consistir em prioridade na distribuição de dividendo, fixo ou mínimo, ou em prioridade no reembolso do capital, com prêmio ou sem ele, bem como na acumulação das duas vantagens.
- ❹ Independentemente do seu objeto, a Transbikes S.A. é uma sociedade civil regida pelas leis e usos do comércio.
- ❺ Leo, por ainda não ter atingido a maioridade, não dispõe de capacidade para exercer, por si só, atos de comércio, razão pela qual a junta comercial do estado deveria ter rejeitado o registro de sua firma individual.

QUESTÃO 58

Considerando a situação apresentada no texto III e acerca de registro público e nome comercial, julgue os itens seguintes.

- ❶ O registro público de empresas mercantis e atividades afins tem, entre outras, a finalidade de dar garantia, publicidade, autenticidade, segurança e eficácia aos atos jurídicos das empresas mercantis submetidos a registro na forma da lei.
- ❷ O Departamento Nacional de Registro do Comércio, com função supervisora, orientadora, coordenadora e normativa no plano técnico, e as juntas comerciais nos estados e no Distrito Federal, com função executora e administradora dos serviços de registro, compõem o Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis.
- ❸ A principal consequência de Leo Sá Abdo ter registrado firma individual é o fato de, a partir do registro, não se confundirem os patrimônios da firma e da sua pessoa física.
- ❹ A firma individual é constituída sobre o patronímico (nome civil) do comerciante, abreviado ou não, acrescido de designação mais precisa de sua pessoa ou de sua atividade, de maneira que a firma de Leo pode ter sido registrada como L. S. Abdo, ou L. Sá Abdo, ou mesmo L. S. Abdo Comércio de Bicicletas.
- ❺ A firma João Pedro e Companhia certamente não é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, mas pode ser uma sociedade anônima.

QUESTÃO 59

Acerca da situação apresentada no texto III e no que se refere a cheques e atos de comércio, julgue os itens que se seguem.

- ❶ O cheque é um título de crédito sacado sobre um banqueiro que detenha fundos à disposição do sacador, devendo receber aceite antes do efetivo pagamento ao tomador.
- ❷ O cheque é uma ordem de pagamento de uma quantia determinada, dada pelo sacador ao sacado em favor do tomador, figurando, como requisitos essenciais do título, a época de pagamento e o nome de quem deve pagar.
- ❸ Se o cheque contém assinaturas de pessoas incapazes ou assinaturas falsas, as obrigações de outros signatários não deixam, por esse fato, de ser válidas.
- ❹ Ainda que feita por não-comerciante, a emissão de notas promissórias ou cheques é considerada ato de comércio, de maneira que, na hipótese em apreço, os títulos emitidos por Leo são, necessariamente, regidos pelas leis e pelos usos comerciais.
- ❺ Na hipótese considerada, as aquisições de materiais e ferramentas feitas por Leo junto à firma João Pedro e Companhia são consideradas atos de comércio, uma vez que dizem respeito às necessidades de seu comércio.

QUESTÃO 60

Com relação a notas promissórias e letras de câmbio, julgue os itens subsequentes.

- ❶ As notas promissórias, assim como as letras de câmbio, são títulos de crédito que, segundo a doutrina predominante no Brasil, são documentos formais, literais, incorporando direitos abstratos, com obrigações autônomas, e valendo pela aparência, para a garantia do portador de boa-fé.
- ❷ Tanto a nota promissória quanto a letra de câmbio são ordens de pagamento, contudo distinguem-se porque, na primeira, há, inicialmente, apenas dois elementos pessoais, o sacador e o tomador, enquanto, na segunda, há três, o sacador, o sacado e o tomador.
- ❸ A época e o lugar de pagamento são requisitos essenciais à validade da nota promissória, de modo que, na falta de um deles, o título não produzirá efeito como nota promissória, mesmo estando presentes os demais requisitos.
- ❹ Salvo as atinentes ao direito de ação por falta de pagamento e à prescrição, são aplicáveis às notas promissórias, no que couber, as disposições relativas às letras de câmbio.
- ❺ O sacador de uma nota promissória é o obrigado principal do título e assume responsabilidade semelhante à do aceitante na letra de câmbio.

QUESTÃO 61

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- ❶ Maria adquiriu de uma loja de informática um *notebook* pela importância de R\$ 4 mil, emitindo, como pagamento a vista, um cheque produto de furto, falsificando a assinatura do correntista. A cártula foi devolvida pelo banco sacado. Nessa situação e consoante orientação do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Maria responderá pelo crime de estelionato no seu tipo fundamental, ficando absorvida a falsidade.
- ❷ Um indivíduo subtraiu de uma agência da Caixa Econômica Federal, mediante grave ameaça exercida com o emprego de uma pistola de brinquedo, a importância de R\$ 40 mil. Nessa situação e de acordo com a orientação do STJ, o indivíduo responderá pelo crime de roubo, com a causa especial de aumento de pena pelo emprego de arma.
- ❸ José requereu, perante o Instituto de Identificação do Rio de Janeiro, a expedição de uma cédula de identidade em nome de Antônio. Posteriormente, da mesma forma, requereu a expedição de um passaporte. No aeroporto internacional do Rio de Janeiro, ao tentar embarcar para o exterior, José utilizou a cédula de identidade e o passaporte requeridos anteriormente com o nome de Antônio. Nessa situação e de acordo com o entendimento do STJ, José responderá pelos crimes de falsidade ideológica e uso de documento falso.
- ❹ Um advogado induziu e orientou testemunhas a prestarem falso testemunho em juízo, fazendo afirmações falsas a respeito de fatos juridicamente relevantes para a solução de uma lide envolvendo a posse de um imóvel. Nessa situação e de acordo com o STF, o advogado responderá, em tese, pelo crime de falso testemunho, em concurso de pessoas.
- ❺ João, mediante violência física e grave ameaça, exercida com o emprego de um revólver, constrangeu Ana a manter conjunção carnal com ele, causando a ela lesões corporais leves. Nessa situação, João responderá por estupro simples, que, de acordo com a atual orientação do STF, é crime hediondo.

QUESTÃO 62

À luz do direito penal, julgue os itens a seguir.

- ❶ Nos crimes contra a ordem tributária, o oferecimento de denúncia independe da conclusão de procedimento administrativo-fiscal, uma vez que se trata de ação penal pública incondicionada.
- ❷ Preenchidos os requisitos legais, pode o magistrado deferir, de ofício, a suspensão condicional do processo, caso discorde da manifestação em contrário por parte do órgão do Ministério Público.
- ❸ De acordo com o STJ, o arquivamento de procedimento administrativo instaurado no âmbito do Ministério Público para apurar fatos imputados a promotor de justiça autoriza a promoção de ação penal por crime de denunciação caluniosa em desfavor do subscritor da representação endereçada ao procurador-geral de justiça.
- ❹ Consoante orientação do STF, é ilícita a prova produzida mediante escuta telefônica autorizada judicialmente, antes do advento da Lei n.º 9.296/1996 (interceptação telefônica).
- ❺ Conforme entendimento do STJ, falta legitimidade ativa ao Ministério Público para cobrar, em juízo, pena pecuniária imposta em sentença penal condenatória transitada em julgado, e que não foi paga pelo réu.

QUESTÃO 63

Em cada um dos itens abaixo, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- ❶ Josué era empregado de um hipermercado havia seis meses, quando teve o seu contrato de trabalho por prazo indeterminado rescindido sem justa causa. Nessa situação, Josué terá direito somente a aviso prévio, férias e 13.º proporcionais e, no caso de inadimplemento, o empregador praticará o crime de frustração de direito assegurado por lei trabalhista, que é de competência da justiça federal.
- ❷ Um empregado de uma empresa funerária, após participar de uma assembléia-geral convocada pela entidade sindical da categoria, em que foi deliberada a paralisação coletiva da prestação de serviços, entrou em greve. A empresa e os usuários foram cientificados da paralisação, com a antecedência de 96 horas, tendo o sindicato mantido equipe de empregados com o propósito de assegurar os serviços. Nessa situação, o empregado responderá pelo crime de paralisação de trabalho de interesse coletivo, podendo a empresa empregadora rescindir o seu contrato laboral e contratar trabalhadores substitutos.
- ❸ Paulo, ordenador de despesas na PETROBRAS Distribuidora S.A., contratou, pelo valor global de R\$ 3 milhões, por inexigibilidade de licitação, empresa para a execução de serviços de manutenção de equipamentos de segurança de cabeça de poço e perfuração em plataformas marítimas. Paulo, que tinha conhecimento de que a empresa contratada não era especializada no ramo, bem como de que um dos sócios era o seu cunhado, não providenciou dolosamente a publicação da ratificação da inexigibilidade na imprensa oficial. Nessa situação, Paulo responderá, em tese, por crime relativo à licitação (Lei n.º 8.666/1993), sendo competente para processá-lo e julgá-lo a justiça comum estadual.
- ❹ Pedro, ordenador de despesas de determinado órgão da administração direta, sem prévio empenho, autorizou a realização de obra de engenharia com dotação prevista na lei orçamentária do exercício. Três meses após a execução da obra, a fim de saldar a despesa, Pedro emitiu nota de empenho com data anterior à sua realização, inserindo valor superior ao contratado, para arcar com os juros, correção monetária e multa. Nessa situação, considerando que a nota de empenho pode ser emitida até a liquidação da despesa, a conduta de Pedro foi atípica, não tendo configurado infração penal.
- ❺ Um indivíduo, proprietário de uma veterinária, agindo com *animus injuriandi*, ensinou um papagaio a repetir contra o seu empregado as seguintes palavras insultosas: “teu pai é falsário, e você um chifrudo, um filho ilegítimo”, que eram propaladas todas as vezes que ele passava pela ave. Nessa situação, o empregador poderá responder pelo crime de injúria, podendo o empregado considerar rescindido o contrato de trabalho e pleitear a devida indenização.

QUESTÃO 64

Acerca do direito processual penal, julgue os seguintes itens.

- ❶ Estará impedido ou suspeito de oferecer denúncia o membro do Ministério Público que, na fase inquisitorial, efetuar diligências investigatórias.
- ❷ Argüida matéria fática em recurso de apelação, nada obsta a impetração de *habeas corpus* versando sobre matéria exclusivamente de direito.
- ❸ Considere a seguinte situação hipotética.
Um indivíduo foi preso em flagrante pela prática do crime de extorsão mediante seqüestro (art. 159 do Código Penal). Durante a instrução criminal do processo-crime instaurado, um pedido de liberdade provisória foi indeferido, em razão da vedação legal (art. 2.º, II, Lei n.º 8.072/1990). Ao final, a pretensão punitiva do Estado foi julgada procedente, e o juiz, na sentença penal condenatória, reconheceu, em favor do réu, todas as circunstâncias judiciais, mas negou-lhe o direito de apelar em liberdade.
Nessa situação, diante da primariedade e dos bons antecedentes do réu, bem como do princípio constitucional da presunção de inocência, a não-concessão da liberdade provisória para apelar configurou constrangimento ilegal.
- ❹ Conforme entendimento predominante do STF, é cabível *habeas corpus* contra decisão judicial não-fundamentada e carente de justa causa que, no curso de inquérito policial, autorize a quebra de sigilo bancário do indiciado.
- ❺ No processo penal, se o réu e seu defensor constituído forem intimados da sentença penal condenatória em uma sexta-feira, o prazo para a interposição de recurso começará a fluir na segunda-feira seguinte, salvo se não houver expediente, caso em que começará no primeiro dia útil que se seguir.

QUESTÃO 65

Bosco, funcionário público municipal lotado na secretaria da saúde, desviou, dela se apropriando, a importância de R\$ 150 mil de que tinha a posse em razão da função, recursos financeiros repassados ao município por meio de convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS), fiscalizados pelo Ministério da Saúde por intermédio de seu sistema de auditoria. Em face de uma representação perante a Polícia Federal, instaurou-se inquérito policial para apurar os fatos. Concluídas as investigações, os autos foram encaminhados à justiça federal, tendo o Ministério Público Federal (MPF) requerido a sua remessa à justiça comum estadual, no seu entendimento a competente. Na justiça comum estadual, o órgão do Ministério Público manifestou-se pela incompetência daquele juízo e suscitou conflito de atribuições.

Com base na situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

- ❶ Bosco praticou o crime de apropriação indébita.
- ❷ Tratando-se de verba incorporada ao patrimônio municipal, a competência para processar e julgar a infração penal será da justiça comum estadual.
- ❸ Compete ao STJ processar e julgar conflito de atribuições entre o Ministério Público Estadual e o MPF.
- ❹ Se os juízes federal e da justiça comum estadual encampassem as manifestações do procurador da República e do promotor de justiça, respectivamente, por meio de decisões judiciais, de acordo com a jurisprudência predominante, o conflito existente seria o de competência.
- ❺ Se, após a conclusão do inquérito policial, Bosco tivesse assumido o mandato de prefeito municipal, a competência para processá-lo e julgá-lo passaria a ser do tribunal de justiça do estado.

QUESTÃO 66

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- ❶ Um vereador praticou um crime de homicídio durante o mandato. Nessa situação, por ter foro especial por prerrogativa de função, caberá ao tribunal de justiça a competência para processar e julgar o edil.
- ❷ Um deputado federal praticou um crime contra a ordem tributária durante o exercício funcional. Nessa situação, a competência para processar e julgar o parlamentar será do STF, ainda que o inquérito policial ou a ação penal sejam iniciados após a cessação do exercício funcional.
- ❸ Um indivíduo foi processado e condenado pela prática do crime de latrocínio. Nessa situação e de acordo com a jurisprudência pátria, o prazo para o recurso do réu somente começará a correr depois de sua intimação e da de seu defensor, contando-se ele a partir da última que ocorrer.
- ❹ Ricardo foi denunciado por órgão do Ministério Público pela prática do crime de roubo simples. Após o interrogatório, por não ter o indiciado condições de constituir advogado, os autos foram encaminhados à Defensoria Pública, que apresentou defesa prévia no tríduo legal. Finda a instrução criminal e apresentadas as alegações finais, a pretensão punitiva do Estado foi julgada procedente, tendo sido Ricardo condenado à pena privativa de liberdade de quatro anos de reclusão e a pagar multa. Nessa situação, a intimação do defensor público deverá ser feita pessoalmente, sendo que o prazo recursal será computado em dobro.
- ❺ Um indivíduo foi denunciado pela prática do crime de peculato. Com a apresentação da resposta prévia, a exordial acusatória foi recebida, tendo o juiz designado o interrogatório e a citação do réu mediante mandado. Após o oficial de justiça ter certificado que o réu estava em lugar incerto e não sabido, a autoridade judicial remarcou o interrogatório e determinou a citação por edital, com prazo de cinco dias. Pelo fato de o réu, citado em edital, não ter comparecido em juízo nem constituído advogado, o juiz, ato contínuo, determinou a suspensão do processo e do prazo prescricional. Nessa situação, por ter o magistrado inobservado o espaço de tempo de quinze dias entre a publicação e a audiência designada, a citação do réu por edital será nula.

QUESTÃO 67

Dispõe o *caput* do art. 173 da Constituição da República de 1988, *verbis*:

Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

Julgue os itens abaixo, com respeito a esse texto constitucional e suas implicações.

- ❶ A Constituição de 1988 rompeu com a tendência intervencionista das constituições de 1967 e 1969.
- ❷ A regra é a de que o Estado só pode atuar em atividade econômica excepcionalmente, privatizando, por isso, os serviços públicos.
- ❸ Mesmo quando se tratar de atividade necessária à segurança nacional, deve o Estado dar preferência à iniciativa privada e regular a atividade por ela exercida.
- ❹ As atividades econômicas desenvolvidas pelo Estado em razão de relevante interesse coletivo devem submeter-se ao regime da concorrência.
- ❺ A lei poderá autorizar a criação de empresa de economia mista para exercer atividade econômica de relevante interesse coletivo, adquirindo parte dos ativos de uma empresa privada que já atue no mercado.

QUESTÃO 68

Julgue os itens que se seguem, considerando aspectos de direito econômico.

- ❶ O princípio da liberdade de iniciativa assegura o livre exercício de atividades econômicas e reserva uma parcela mínima de poder ao Estado para regular as políticas econômicas das empresas privadas voltadas para seu crescimento externo.
- ❷ A Constituição de 1988, impregnada pelas idéias neoliberais, não admite ajudas do Estado ao setor privado, alinhando-se, assim, às diretrizes da Organização Mundial do Comércio.
- ❸ O planejamento econômico busca coordenar racionalmente as medidas de política econômica, indicando para o Estado e para a iniciativa privada o direcionamento que devem seguir na consecução de seus objetivos.
- ❹ As políticas de incentivo fiscal, que importam a aplicação do valor de um tributo devido em uma atividade econômica qualquer, têm natureza de política econômica, destinada ao desenvolvimento de determinado setor.
- ❺ Em razão do princípio da função social da propriedade, consagrado na Constituição da República, a propriedade produtiva só será suscetível de desapropriação quando desobedecidas disposições que regulam as relações de trabalho.

QUESTÃO 69

Ainda com respeito a aspectos de direito econômico, julgue os itens a seguir.

- ❶ A ordem jurídico-econômica engloba um conjunto de normas que visam à organização da atividade econômica no ambiente social.
- ❷ A ordem econômica juridicizada tem como objetivo a cooperação entre os indivíduos e a promoção de ambiente econômico que permita relações estáveis e minimize os conflitos, competindo ao Estado desempenhar um papel minimalista em termos de regulação.
- ❸ A ordem econômica constitucional é estruturada sobre fundamentos e princípios que traduzem diferentes posturas ideológicas, porém coerentes, que acabam por fixar a ideologia constitucional.
- ❹ São objetivos da Carta das Nações Unidas de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados: promover o estabelecimento da nova ordem econômica internacional, com base na equidade, na soberania, na igualdade, na interdependência, no interesse comum e na cooperação entre todos os Estados que adotem o sistema econômico da economia de mercado, e contribuir para a eliminação dos principais obstáculos ao livre comércio entre as nações, entre outros.
- ❺ O MERCOSUL, com personalidade jurídica de direito internacional, tem como órgão superior o Conselho do Mercado Comum, que se manifesta mediante decisões tomadas por consenso e com a presença de, pelo menos, dois terços dos Estados-partes.

QUESTÃO 70

Com base na Lei n.º 8.884/1994, que dispõe sobre a defesa da concorrência, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Essa lei, em sua vertente preventiva, estabeleceu o controle prévio dos atos de concentração econômica. Desta feita, as transações efetuadas pelas empresas que resultem em uma participação de 20% de um mercado relevante, ou em que qualquer dos participantes tenha registrado um faturamento bruto anual no último balanço equivalente a R\$ 400 milhões de reais, não podem ser realizadas sem a aprovação prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).
- ❷ Ao avaliar se o ato de concentração preenche os requisitos legais para ser aprovado, o CADE poderá impor compromissos de desempenho e determinar que o ato de concentração seja desfeito, se entender que o mesmo não preenche os requisitos legais, e impor multas se os atos não lhe forem submetidos no prazo legal.
- ❸ Sabe-se que há setores industriais que, por sua própria natureza, são mais concentrados, não sendo encontrados em alguns segmentos mais do que três ou quatro concorrentes, como é o caso, por exemplo, dos setores siderúrgico, petroquímico, farmacêutico e de transportes aéreos nacionais. Para tais setores, o CADE poderia alterar o percentual que caracteriza a posição dominante presumida.
- ❹ Subordinar a venda de um bem à aquisição de outro é uma conduta que restringe a concorrência entre as empresas que atuam em um mesmo mercado. No entanto, a repressão ou não a essa prática nos diversos países vai depender do tratamento que lhe for dado por lei. No Brasil, a venda casada não é ilegal *per se*, devendo ser examinada à luz da regra da razão.
- ❺ O compromisso de cessação é um instrumento de composição de conflitos de natureza concorrencial que a lei permite que seja adotado pela Secretaria de Direito Econômico (SDE) e pelo CADE, para restaurar a livre concorrência no mercado. Sua celebração não importa confissão, e a decisão final acerca de sua celebração é do CADE, que suspenderá o processo administrativo enquanto estiver sendo cumprido o compromisso.

PROVA DISCURSIVA

Na prova a seguir, que vale **dez** pontos, faça o que se pede, usando as páginas para rascunho do presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA, nos locais apropriados, pois **não serão avaliadas provas com texto escrito em local indevido**. Utilize, no mínimo, **trinta** e, no máximo, **sessenta** linhas. Qualquer prova com extensão aquém da mínima de **trinta** linhas **efetivamente escritas** será apenada, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.

ATENÇÃO! Na FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO, identifique-se apenas no cabeçalho, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer marca identificadora fora do local apropriado.

Suponha que tenha sido editada uma Lei X, que reformulou as carreiras de fiscal de diversas autarquias federais, trazendo inovações, notadamente nos seguintes pontos.

- 1 Instituiu, em seu artigo 5.º, a Gratificação por Condições Especiais de Trabalho (GCET), concernente a regime de prestação de serviço novo, excluindo expressamente do seu âmbito de incidência os aposentados, nos seguintes termos:
Art. 5.º Fica instituída a Gratificação por Condições Especiais de Trabalho (GCET), devida aos servidores integrantes da categoria Fiscal de Autarquias Federais que optarem pelo regime de trabalho de seis horas por dia de trabalho externo à repartição por duas horas de serviço interno.
- 2 Instituiu, ainda, a Gratificação de Fiscal de Autarquia, devida somente a algumas autarquias, aí não se incluindo a autarquia Y.
- 3 Extinguiu o Adicional por Tarefa Cumprida, parcela que compunha a remuneração de todos os fiscais, embora não se tenha verificado decréscimo salarial.
- 4 Instituiu, em seu art. 6.º, o Adicional de Fidelidade, no percentual de 5%, incidente sobre o valor da CGET, devido aos fiscais que optarem pelo regime a que a CGET se refere e que nele permaneçam por mais de seis meses, nos seguintes termos:
Art. 6.º Fica instituído o Adicional de Fidelidade, no percentual de 5% incidente sobre o valor da Gratificação por Condições Especiais de Trabalho (GCET), devido aos fiscais que optarem pelo regime a que a GCET se refere e que nele permaneçam por mais de seis meses.
- 5 Instituiu, em suas disposições transitórias, por emenda parlamentar, abono no valor de R\$ 250,00, devido a todos os fiscais de autarquias, a título de antecipação de reajuste de vencimentos, a vigorar até o próximo reajuste geral de vencimentos do funcionalismo público federal.
- 6 Instituiu sanções de natureza civil, penal e administrativa para o fiscal que leve ao conhecimento público, por meio de qualquer órgão de imprensa, matéria relativa a processo ou investigação a seu cargo, que possa afetar a honra ou a privacidade do investigado.

O Sindicato dos Fiscais das Autarquias Federais, que congrega entre seus associados fiscais em atividade e aposentados, propôs, perante o juízo da 1.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília, ação contra a autarquia Y, pleiteando o que se segue.

- 1 Pagamento da gratificação instituída no art. 5.º da Lei X aos aposentados, reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo legal que os excluiu do pagamento, por violação ao disposto no art. 40 § 8.º da Constituição da República, que dispõe que devem ser também “estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade”.
- 2 Pagamento, aos fiscais da autarquia Y, da Gratificação de Fiscal de Autarquia, já que, pelo princípio da isonomia, fazem jus à gratificação, especialmente considerando-se que as funções que desempenham têm a mesma natureza, sendo iguais às atribuições dos fiscais das autarquias que estão recebendo a vantagem.
- 3 Pagamento do Adicional por Tarefa Cumprida, extinto pela Lei X, tendo em vista que a supressão de parcela salarial, ainda que não implique perda salarial, viola os princípios constitucionais da irredutibilidade de vencimentos e do direito adquirido.
- 4 Pagamento do Adicional de Fidelidade, já que alguns dos membros da entidade autora da ação estão no novo regime há mais de seis meses e nunca receberam o adicional.
- 5 Pagamento do abono, no valor de R\$ 250,00, devido a todos os fiscais das autarquias, e que nunca foi pago.
- 6 Anulação das sanções impostas aos fiscais que infringiram o dever de silêncio imposto pela lei por violação à garantia constitucional da liberdade de expressão e ao direito do público de ser informado.

Após a citação da autarquia ré, um fiscal autárquico propôs idêntica ação, pleiteando direito próprio, distribuída ao juízo da 2.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília, havendo o juiz, de ofício, em razão da conexão com a ação proposta pelo Sindicato, declinado de sua competência e remetido os autos ao juízo da 1.ª Vara, que determinou o apensamento dos autos para que tramitassem em conjunto, citando em seguida a autarquia.

Diante da situação hipotética apresentada, na qualidade de procurador da autarquia Y, conteste as ações, abordando todos os aspectos de direito material e processual pertinentes, observando, quanto a este, a legitimidade ativa do Sindicato; o reconhecimento de inconstitucionalidade de lei como fundamento do pedido; a possibilidade de declaração, de ofício, pelo juiz, acerca da incompetência relativa no que concerne à segunda ação; a ocorrência de conexão ou de litispendência na espécie.

Caso o candidato queira identificar a autoria do documento, somente será aceito o nome hipotético PROCURADOR DA AUTARQUIA Y. O uso de qualquer outra assinatura acarretará a anulação do texto do candidato.

RASCUNHO – 1 / 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – 2 / 2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	